



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 28

Sessão Ordinária Junho

2.º Reunião em 20/06/2023

Aos vinte dias do mês de Junho do ano dois mil e vinte três, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho n.º 4, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretário, Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Nuno Frederico Miranda Leite, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Carlos Alberto Martins Nunes, Arlindo José Vieira Tavares, Sara Alexandra Reis da Rocha, Eneide Manuela Soares da Silva Figueiredo Ferreira, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Jorge Manuel Correia Girão, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, Sara Sandra Resende Tavares, Rui Filipe de Oliveira Teixeira, Manuel Simões Rodrigues, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Marta Elisa dos Santos Dutra, Celme Cristina Jesus Tavares, António José de Jesus Monteiro, e António Armando de Matos Nabais. Faltou o deputado Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores, Ana Cláudia Pinto Oliveira, João Filipe Andrade Machado, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Fernando Manuel Martins Nogueira, Rui Jorge Soares Carneiro, e Rosa Maria Monteiro Venâncio.

Faltou o Vereador Luis Miguel Capão Filipe.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão dos Vogais, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Pedro Machado Pires da Rosa, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Eneide Manuela Soares da Silva Figueiredo Ferreira, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, Manuel Simões Rodrigues, Celme Cristina Jesus Tavares, António José de Jesus Monteiro, e António Armando de Matos Nabais.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Joana de Oliveira Teixeira, Rui Miguel Vieira Fernandes de Almeida, Rogério António Gonçalves Cachide, Maria João Matos, Ivo Renato Teixeira Rodrigues, António Mendes Couto, Beatriz Rodrigues Mota Carvalho, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Virgínia Maria Melo Matos,

António Manuel Santos Salavessa, Joana Catarina da Silva Vaz Serra Lima, e Nuno Filipe Moreira Teixeira, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Henrique da Rocha Vieira, e Miguel António Costa da Silva, se fizeram substituir nesta reunião da sessão por Nuno Frederico Miranda Leite, e Carlos Alberto Martins Nunes.⁰⁰³

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, deu continuidade à “Ordem-do-Dia” desta Sessão Ordinária de Junho, cujos pontos se transcrevem:

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta para a Hasta Pública de Imóveis Municipais;

Ponto 4 – Apreciação e votação da proposta de nomeação do Auditor Externo do Município de Aveiro;

Ponto 5 – Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas 2022 - Consolidação de Contas do Grupo Municipal;

Ponto 6 – Informação sobre a Atividade Municipal de 18ABR a 12JUN 2023;

Ponto 7 – Proposta de Recomendação – Introdução de limitações ao horário de trabalho em dias em que as condições climatéricas sejam incompatíveis com as funções fisiológicas dos trabalhadores que desempenhem funções em que estejam expostas às mesmas.

Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta para a Hasta Pública de Imóveis Municipais.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 01/06/2023, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰⁰⁴ para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

“Muito boa noite. Senhor Presidente, caras colegas e colegas autarcas. De forma breve, até está mais que discutida, a hasta pública que realizámos e que aprovamos aqui ficou sem a possibilidade de vendermos estes dois imóveis, ou melhor dizendo, este grupo de imóveis.

A decisão que tomamos é voltar ao mercado, sabendo que, no que respeita aos 25 lotes da urbanização da Igreja das Quintãs, a opção é manter a avaliação que tínhamos feito, apenas irá a hasta pública com uma unidade. Portanto são os 25 lotes e não aquilo que fizemos na outra hasta pública que foi cada unidade era cada lote. E, portanto, está provado que não há interesse no mercado, digamos assim, dos pequenos investidores, temos sinalizado do mercado interesse de investidores e é a esse mercado que, obviamente, vamos tentar ir nesta hasta pública que apresentamos à Assembleia. O outro terreno, enfim, é o terreno junto ao hospital, antiga reitoria ao seminário autocarro bar como quiserem, aquilo que se pretende fazer é exatamente a mesma coisa. Não há nenhuma alteração em relação ao edifício, na sua área e nos seus usos, portanto é exatamente a mesma coisa. Relembro

que houve, aliás, uma questão qualquer suscitada na altura que quisemos, além de muitas interações informais com a nossa necessidade universidade quisemos recolher o seu parecer formal que foi emitido por ofício do Senhor Reitor, dando parecer positivo, no caso a este nosso propósito. E aquilo que alteramos na hasta pública é uma redução do valor base da venda em cerca de meio milhão de euros.

Portanto, passando dos 2,9 para 2.4 milhões, fazendo uma alteração por correção, porque detetámos que houve um erro na tabela de preços referencial para a utilização do parque de estacionamento.

Portanto são as 2 alterações que propomos para esta a segunda hasta pública, destes 2 imóveis e tudo o resto a matéria está apresentada e é do conhecimento, obviamente da Assembleia, como aqui debatemos, de forma muito profunda, quando do momento anterior de aprovámos a hasta pública na qual estavam integrados estes imóveis.

Quanto aos outros só para dar nota que, as escrituras estão feitas e os processos, obviamente seguem o seu caminho no âmbito dos interesses e dos interesses das pessoas que compraram os imóveis nessa hasta pública. Estou obviamente ao dispor para o debate, como não poe deixar de ser. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Nabais (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[007](#)

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ex.mos Membros da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara e Ex.mos cidadãos que nos estão a ouvir. Quanto a este ponto de apreciação da hasta pública, temos a dizer o seguinte. Quanto ao lote 1, terreno envolvente à Capela de Quintãs nada nos move contra este loteamento unifamiliar. Loteamento unifamiliar, logo de habitação. E aqui queremos deixar uma nota de que é necessária uma habitação a custos acessíveis e ou controlados. Lembrando que aumento das rendas em Aveiro está a criar a necessidade a muitas famílias de procurar casa nas freguesias adstritas e municípios vizinhos. O aumento de casas partilhadas por famílias ou espaços comerciais ou escritórios ocupados para habitação é já uma constatação real.

Quanto ao lote dois. O terreno junto do hospital, neste lote estão atribuídas condicionantes e neste sentido compreende-se a necessidade de atribuir-se residências universitárias, desde que essas residências sejam publicas e destinadas às necessidades dos estudantes.

No entanto a Câmara está a alienar esse terreno com desconto depois de uma tentativa anterior de alienação, para investidores considerados especializados em residências de luxo como já começa a ser comum em outras cidades universitárias que também são destinos turísticos de moda como Lisboa, Porto ou Coimbra.

É provável que esses investidores tivessem esperado que a Câmara reduzisse o valor, pois essas residências irão servir mais para fins turísticos. Não é esse tipo de residências que faz falta à comunidade. Não é esse o princípio que defendemos para a utilização do património público. Infelizmente o estacionamento ainda é necessário naquela área devido ao facto do carro ser um problema de difícil solução em Aveiro e também devido à deficiência dos transportes públicos, o que leva os estudantes, trabalhadores e utentes a dependerem bastante do automóvel e a necessitarem do estacionamento naquela zona da cidade. Disse.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[008](#)

“Boa noite Senhores Presidentes da Assembleia e da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, deputados municipais e restante público presente. Senhor Presidente da Câmara, tenho algumas questões a colocar-lhe. O Senhor Presidente usa o argumento no terreno junto ao autocarro-bar, portanto que não encontra investidores e baixa o preço em

470 mil euros!? A primeira questão é porque é 470 mil euros? Pediu auxílio a algum consultor externo, donde veio esse valor.

E depois, se para o lote dois usa esse argumento porque razão não usou também esses argumentos para o lote 1, em vez de o estar agora todos, porque não mantê-los como estavam antes, divididos, e baixar os preços a esses 25 lotes. Eram estas as questões. Obrigado.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[009](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e quem nos acompanha em casa.

Relativamente a esta questão, primeiro esta discussão política já foi um pouco feita nesta Assembleia. No entanto também vou ao encontro daquilo que já foi perguntado. Por que é que houve uma opção de reduzir o preço do lote do estacionamento e os outros lotes agregados num só! Por um lado, é compreensível do ponto de vista do mercado, pois será uma forma mais fácil de vender. Agora, até que ponto não seria possível colocar os lotes de residências para que pequenos proprietários possam construir lá a sua casa. Fazer pelo menos uma desvalorização comparável nos dois terrenos. É um pouco nesse sentido.

Quanto à questão política da venda do lote de estacionamento do hospital, obviamente, que continuamos a ter muitas dúvidas quanto ao momento da realização e da própria obra em si. Obrigado.”

Vogal Celme Tavares (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

“Muito obrigada Senhor Presidente. Boa noite a todas e a todos. Esta hasta pública promovida pela Câmara Municipal de Aveiro não é nada mais que uma repetição da alienação tentada no passado, mas com a agravante de descida de preços por estes terrenos não terem sido vendidos antes.

O mercado tem sempre a vida muito facilitada em Aveiro. E agora tem direito a uma liquidação geral em saldos.

Esta alienação é condenável e é um abdicar de responsabilidades por parte do executivo. Em muitas destas parcelas, a Câmara Municipal bem poderia promover iniciativas de construção próprias para ir ao encontro das necessidades habitacionais sentidas por quem vive, trabalha, e estuda em Aveiro. E estas políticas seriam totalmente possíveis graças, não só à situação financeira da autarquia, mas também com articulação com programas nacionais como o 1.º direito. Ou seja, este executivo tem ao seu dispor todos os instrumentos necessários: património, capacidade financeira e programas nacionais. No entanto, falta o ingrediente fundamental — vontade política.

Em Aveiro, impera a ideologia que o mercado é quem mais ordena, mesmo que isso implique dificuldades para as pessoas. A ideologia está à frente da realidade.

Esta alienação, em particular, tem uma agravante adicional já que representa também uma política errada de mobilidade e uma concepção errada, primeiro porque traz mais estacionamento em vez de mais soluções de mobilidade mais amigas do ambiente e mais residências privadas para estudantes, quando a solução tem que passar por mais residências públicas. Disse.”

Vogal Maria Inês Abreu (CDS)[011](#)

Vogal Ernesto Barros (CDS)[012](#)

Vogal Jorge Gonçalves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹³

“Apresento os meus cumprimentos ao Senhor Presidente da Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara, aos senhores vereadores e todos os colegas. O que me traz aqui hoje é efetivamente algo que já foi abordado por todos os colegas meus que me antecederam. Que é efetivamente o projeto imobiliário para o parque do autocarro do estacionamento frente hospital. Senhor Presidente, este é um pedaço de cidade que a realidade tem um valor estratégico enorme, tem que se ter em conta o planeamento estratégico urbanístico daquela zona, que tem características próprias.

Só para recordar. Estamos a falar do mesmo bairro. No mesmo bairro, numa área relativamente curta, nós temos o hospital, o alargamento do hospital alargado, se realmente, agradavelmente, esperamos do espaço que era naturalmente o estádio Mário Duarte, uma Escola EB (no mesmo espaço), uma escola EB com 1200 alunos, centenas de funcionários, dezenas de professores, uma universidade com milhares de alunos, centenas de professores e funcionários, um Seminário, nunca esqueçam do Seminário e possivelmente também, no mesmo espaço, possivelmente também uma Escola Secundária, possivelmente no espaço que hoje está integralmente ocupado pela Escola EB 2/3.

Para qualquer cidadão, não precisa de estar muito atento, são 6 instituições que exigem a exploração de valências. E as duas valências que efetivamente aqui este lote devia contemplar, são as 2 valências que já foram aqui abordadas, que são absolutamente indispensáveis.

A primeira a questão do parqueamento do parque de estacionamento. É impensável não criar as condições para que este parque de estacionamento não tenha um significativo número de lugares de estacionamento. Podem ser 200 lugar de estacionamento, tem que ser um significativo no lugar estacionamento. Primeira necessidade, que me parece premente para toda esta área com estas características todas.

A segunda necessidade é uma necessidade que existe em todas grandes cidades do país, para evitar a realidade que eu acho que é incómoda para todos governantes, e é absolutamente dramática para os estudantes, que é um quarto custar 300 euros e um apartamento para estudantes custar 700/800 euros. Portanto, nós temos uma Escola pública, uma Universidade pública, tem que criar as condições para que haja residências universitárias, mas não que estas residências estejam à luz do mercado, à luz da oferta e da procura. Porque se não estes valores que estou a referir ainda vão subir mais. No Porto há realidades tremendas. Eu tenho pessoas minhas conhecidas que pagam 350 euros por um quarto. Isto é algo que Aveiro pode dar o exemplo pela diferença. E, portanto, estas duas necessidades, por um lado um parqueamento substancial. Por outro lado, a criação de uma residência universitária com preços controlados, parecem-me ser efetivamente as duas valências de um bom ato de gestão para aquela zona. Muito obrigado.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁴

“O PSD irá votar favoravelmente estas propostas no seguimento do ponto que veio cá sobre os mesmos assuntos. Em relação aos lotes de Quintãs foram à praça e não apareceram compradores individuais, agora é altura de ver se há investidores para todos os lotes.

Em relação à parte do hospital, penso que o deputado que me antecedeu tem toda a razão. A Universidade devia mesmo criar residências para os estudantes que tem. Mas aqui estamos a falar de outra parte. Uma parte complementar porque a Universidade não tem residências oficiais para os alunos. O senhor falou muito bem, que as universidades, e a nossa tem crescido, tem mais Erasmus, tem mais cursos, mas não tem residências para os alunos e devia ter, como disse.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁵

“Muito obrigado. Muito obrigado a todos. Duas ou três notas, as questões são basicamente as mesmas, colocadas António Nabais e pelo Bernardo, pelo Pedro Rodrigues e pela Celme Tavares. Ponto primeiro. Não há condição de sustentabilidade financeira para fazer habitação a custos controlados quando a tipologia é a moradia. Isso não existe. Se o meu amigo encontrar, diga-me, que eu quero aprender. Mas não conhecemos. Quando se faz habitação a custos controlados e estou a falar aqui, obviamente, se formos para o primeiro direito aí a questão ainda se acentuou mais. A tipologia moradia não existe, porque não é possível rentabilizar os investimentos com o quadro de custos obrigatório na lei daquilo que é habitação a custos controlados ou daquilo que é a primeiro direito.

Segunda questão, é esta que ainda agora o Manuel Prior referenciou. As Câmaras não têm que fazer residências universitárias. Quem em Portugal sempre fez, infelizmente há muitos anos deixou de fazer, é o Governo do país e as universidades. Em regra, as universidades têm feito, há muito tempo deixaram de fazer, para aí há 15 ou 20 anos, com os mecanismos de financiamento que os governos lhes facultavam. Orçamento do Estado ou utilizando Fundos Comunitários. Já sabemos que há neste momento uma oportunidade de aumentar essa oferta por intervenção do PRR. A nossa Universidade assinou um contrato para construir quase 400, arredondando a conta. E há um problema na nossa Universidade, como em todas, é que aquilo que é aquela conversa dos 100% não existe. Porque quando se acaba um projeto ou quando se lançam concursos, o valor do custo de construção é claramente superior ao financiamento e, portanto, aquilo que se está a fazer com o Governo, já houve uma correção para as unidades de lares de idosos, embora ainda longe, porque o PRR financia 30.000 euros por cama. Os custos hoje do mercado são 70.000 euros por cama e vai haver uma alteração para passar dos 30 para os 40, portanto vai continuar a haver um défice de financiamento.

E obviamente só há uma solução sensata, apenas o Governo está a demorar demais. É que em vez de fazer 100 residências, tem que fazer 50 ou 60, em vez de fazer 40 lares tem que fazer 20 ou 30, para fazermos. Porque se não só instituições com uma capacidade financeira anormal é que vão conseguir fazer, porque não há capacidade, nem nas universidades públicas, nem nas IPSS, para aguentarem com esse sobrecusto.

Portanto é este o quadro em que nós estamos. Apenas o mercado descobriu uma oportunidade. Portanto hoje empresas privadas no país, por essa Europa fora o processo já é velho, em Portugal é que é muito recente, que vem investir em residências universitárias, como dizemos na gíria em tipologia hoteleira, no fundo são hotéis com uso exclusivo de estudantes, ao ponto de o Governo do país e muito bem, ter legislado o ano passado em Janeiro, porque nós andávamos um bocado perdidos, como é que se licencia uma residência universitária, porque o quadro legal não tinha referências, que é que nós usávamos, olhem, adaptávamos hotelaria, mal adaptada, adaptávamos habitação, mal adaptada, porque há especificidade. Mas pronto o país criou e muito bem, em Janeiro de 22, um quadro legal, são dois diplomas, uma portaria e um decreto-lei, para criar regras, para nós estarmos já agora com uma matriz clara de enquadramento para licenciamento destas operações.

E, portanto, é um mundo novo em que nós vivemos. É minha profunda convicção que tirando os PRR desta vida, e sabemos o quão excepcional é o PRR, não vai haver nos próximos tempos Orçamento do Estado e Fundos Comunitários, já não há no atual quadro, para fazer este tipo de investimento.

Portanto é ao setor privado que cabe essa função e é isto que estamos aqui também a fazer neste processo. Porque é que se baixa o preço. Isto aqui não é nenhum capricho é uma questão objetivamente técnica.

O nosso avaliador, que é um funcionário da Câmara, mas do quadro de avaliadores oficiais, temos 2, qualquer dia ficamos só com um porque este que fez este trabalho está a

dias da reforma, mas pronto, temos 2 avaliadores. O que é que ele fez? Se vocês estudarem o quadro de avaliação, tem que se dar um valor de avaliação a cada tipologia daquilo que se vai construir. Obviamente aquilo é aquilo que se vai construir que dá valor ao terreno, mais ou menos. É fácil ver qual é o valor de mercado para estacionamento. Fácil demais, nós próprios estamos a fazer um. É mais fácil avaliarmos área de construção para comércio, porque obviamente a cidade, o município está cheio disso. Não há referências para avaliar residências universitárias, porque não há. Esta vai ser a primeira. Embora gostávamos muito que outros licenciamentos que estão a tramitar pudessem ser mais rápidos do que este. Era muito bom. Aqui não há nenhum concurso para ver quem chega primeiro. Mas aquilo que o nosso avaliador foi fazer, porque não tem referências no mercado, porque nas outras não pode inventar ao abrigo da lei. Avaliar não é um exercício de livre arbítrio. Tem um quadro legal. Mas enquanto esse quadro é claro e ele pode, há muita informação para estacionamento e muita também para comércio, para residências universitárias não há. Portanto se vocês olharem com atenção, foi o quadro de avaliação, foi aí que ele mexeu, ok.

Vamos acertar desta vez? Não sei. Que aumentamos a probabilidade? Claro que sim. A conversa da especulação não interessa para nada. Porque se a gente aumenta o preço, estamos a especular, porque só ricos é que compram. Se a gente baixa o preço estamos a especular, estamos a ajudar os ricos a pagar mais barato. Se a gente não mexe no preço, estamos a especular porque estamos a especular. Por isso não vale a pena. É mais do mesmo, portanto é uma não questão.

Portanto, explicar-vos este racional objetivo, porque é que o valor é este, e se olharem atentamente para a grelha de avaliação, foi aqui que se foi fazer esta alteração para baixar o valor, mas numa lógica que não há aquilo que mandam as regras de avaliação, que é usar o que o mercado tem dito. Só que o mercado em residências universitárias na nossa cidade, região, não tem dito coisíssima nenhuma.

Quanto a estas coisas da liquidação geral, dos saldos, pronto. Celme com todo o respeito que tenho, é aquela nossa diferença radical de opinião. Em tudo o resto agradecer o apoio e dar nota apenas de um pequeno pormenor. Jorge Gonçalves, de facto dois objetivos que queremos cumprir são exatamente esses que enfatizou. É aumentar os lugares de estacionamento, num sítio onde hoje, mesmo que não façamos mais nada (e vamos continuar a fazer) como disse o Hospital vai crescer, a Universidade vai continuar a crescer, e temos condição de aumentar a quantidade da oferta de lugares de estacionamento e aproveitar um local que é premium, obviamente, na relação com o campus da Universidade, para aumentarmos a oferta de camas para estudantes universitários. Nós temos um cálculo nosso, obviamente, das muitas interações com os investidores que tem vários estudos e com a própria universidade, nós hoje precisaríamos de 2000 camas, para baixar o preço que os nossos estudantes pagam e para responder àquilo que vai continuar a acontecer. É que aquilo que era a relação das famílias e dos proprietários em ter estudantes dentro de casa, vai acabar. Às vezes, nós dizemos quantas vezes o mundo está a mudar e o mundo mudou muito e a tecnologia mudou muito rápido. E nós esquecemos que está mesmo a mudar. Esta coisa das famílias aceitarem ter lá um quarto em casa com um estudante está a acabar. E esta coisa das pessoas, em vez de terem um quarto arrendado a um estudante terem o quarto em alojamento local é um crescimento objetivo. E a pressão política do Governo para aumentarmos a oferta da habitação, seja própria, seja arrendada, para habitação permanente vai continuar aumentado.

Temos todos o problema que temos. E, portanto, este filão é um filão muito importante. Eu só espero que tenhamos sucesso nesta segunda tentativa e noutras operações que estão em curso de licenciamento de unidades desta tipologia para podemos melhorar a nossa prestação e para que Aveiro não seja conhecido, como já hoje é, numa terra, numa cidade que é caro estudar na nossa universidade. Obviamente que nós queremos ser conhecidos

por muitas coisas, essa não é exatamente uma das coisas que nos agrada sermos conhecidos. Mas só há uma solução, não vale a pena. É aumentar a oferta sobre o mercado. Não é a câmara que vai investir nisto. Temos uma oportunidade no PRR, oxalá que corra bem e que as 400 camas venham o mais rapidamente possível, oxalá que sim. Mas precisamos de mais, olhando claramente a estas dinâmicas que a evolução urbana da nossa cidade está a levar e que, obviamente, são globalmente positivas, mas que obviamente, tem que ter apostas novas e este é um contributo, não vai resolver o problema todo, vai dar um contributo para melhorarmos essa nossa prestação. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Ana Seiça Neves (PS)⁰¹⁶

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁷

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰¹⁸ o Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta para a Hasta Pública de Imóveis Municipais, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor (PSD19+CDS5+CH1), zero abstenções, e onze votos contra (PS6+PAN2+BE2+PCP1).

Não houve declarações de voto.

Ponto 4 – Apreciação e votação da proposta de nomeação do Auditor Externo do Município de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 01/06/2023, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰¹⁹ para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁰

“Muito obrigado. Estamos bem de Auditor. Temos uma empresa competente, diligente, com o seu trabalho de elevada qualidade, com prontidão. E, portanto, a proposta que trazemos à Assembleia é mantermos a entidade que nos tem estado a prestar esse serviço. Nestes momentos agora mais fáceis, seguramente com a mesma qualidade com que nos serviu nos momentos difíceis da nossa vida como Câmara intervencionada com um programa de ajustamento municipal. Muito obrigado.”

Não se verificaram inscrições para intervir por parte dos deputados municipais, neste ponto.

Não havendo intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰²¹ o Ponto 4 – Apreciação e votação da proposta de nomeação do Auditor Externo do Município de Aveiro, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor (PSD19+CDS5+CH1+PS6+PCP1), quatro abstenções (PAN2+BE2), e zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

Ponto 5 – Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas 2022 - Consolidação de Contas do Grupo Municipal.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 01/06/2023, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰²² para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²³

“Obrigado Senhor Presidente. Nós temos aqui aquele exercício obrigatório por lei, por nós não é preciso para nada, temos boas Contas e o Relatório devidamente discutido e aprovado, que já está no Tribunal de Contas, onde é feita a sua verificação final.

Temos boas Contas. Tivemos um bom ano na Aveiro-Expo, somando duas boas contas o resultado é uma boa conta. E, portanto, é neste panorama que estamos. Exercitando na dimensão financeira, um excelente ano que foi o ano 2022.

É minha profunda convicção que estamos a aprovar a penúltima Conta Consolidada da nossa Câmara Municipal, teremos a última no próximo ano sobre o exercício 23 e é minha profunda convicção, como diria o meu outro presidente, que já não teremos Conta Consolidada no ano 2025. Vamos ver se as coisas nos correm bem e sobre isso cá falaremos numa das nossas próximas reuniões. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Nabais (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁵

“Quanto ao Ponto 5 - Apreciação e votação da prestação de contas consolidadas em 2022, temos a dizer o seguinte. O cumprimento da obrigatoriedade da apresentação das Contas Consolidadas do universo municipal obriga-nos a repetir a votação de Abril, dado que, como facilmente se depreende, o essencial dessas contas são as contas do município.

Assim sendo e como então afirmámos, ser exigível uma redução dos impostos diretos e da taxa da derrama, teria sido possível aprovar uma tarifa social da água, teria sido possível ir mais longe da oferta de transporte público de qualidade, bem como ir mais além dos 2,6 milhões em habitação.

Estas e outras questões, então citadas, determinaram a posição política clara e expressa no voto contra. Sem qualquer reserva do ponto de vista técnico continua a ser no âmbito político, com base nas observações já apresentadas que se baseia o julgamento negativo do PCP quanto à gestão desta maioria. E será no âmbito político que votaremos contra.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁶

“Isto é um ato meramente formal que junta as Contas da Câmara com as contas da Aveiro-Expo. A avaliação, tal como fizemos em Abril, a avaliação que fazemos é política, portanto, por um lado, reconhecemos a Câmara é uma Câmara de contas certas, o lado positivo, o lado menos positivo, temos uma carga de impostos elevada e, portanto, em coerência com o nosso voto em Abril iremos nos abster. Tem dito.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[027](#)

“Obrigado Senhor Presidente. As Contas podem bater certo, mas estas mesmas Contas representam as escolhas políticas com as quais não podemos concordar. Exemplos: área social necessita de maior investimento, existem cada vez mais famílias com dificuldades em encontrar alojamento no concelho a preços praticáveis.

O Senhor Presidente responde que a Câmara Municipal responde rapidamente às necessidades sociais manifestadas pelos munícipes, no entanto não é isso que os mesmos dizem.

A nível Ambiental estamos no município, cada vez mais cinzento, onde tantas árvores no centro da cidade deram lugar ao cimento. Necessitamos da tomada de medidas urgentes, imediatas, numa das zonas país que mais sofrerá com as alterações climáticas, onde o Ordenamento do Território é fundamental e colide com a edificação em zonas vulneráveis. Não basta solicitar relatórios de boa vontade e seguir a apresentar aquele projeto como uma solução para a zona da antiga lota. Ou referir o projeto Life Payt como exemplo do que a Câmara está a implementar na gestão de resíduos, quando esse projeto representou um grande falhanço na zona da forca.

Estamos num município, onde o executivo afirma a importância de mobilidade suave e depois toma medidas no sentido contrário, como se verifica com o Rossio. São os transportes públicos que não respondem às reais necessidades dos munícipes. São os impostos que continuam demasiado elevados e que são canalizados também para obras megalómanas cujo futuro ditará se foram a melhor escolha.

Na área animal, como temos afirmado, está praticamente tudo por fazer. O nosso voto será contra.”

Vogal Celme Tavares (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[028](#)

“Mais do que um documento meramente técnico, estamos aqui a discutir um documento político que traduz em números aquelas que são as principais opções políticas deste executivo. Nesse contexto, as contas consolidadas não alteram em nada as Contas ou as políticas erradas que temos vindo a criticar e a denunciar, apenas as explanam.

Como temos vindo a afirmar, a política reinante em Aveiro são os impostos no máximo e serviços públicos no mínimo. Vejamos:

Durante o ano de 2022, foram cobrados mais de 19 milhões de euros em IMI, sendo que o total de impostos chegou quase aos 40 milhões de euros.

Perante esta política fiscal agressiva, a pergunta que se coloca é se esta cobrança se traduz em mais e melhores serviços públicos prestados à população?

A resposta tem que ser um contundente não. Na habitação, o executivo não fez qualquer esforço para mudar de rumo. Continuamos sem qualquer resposta de habitação pública e a custos controlados para fazer frente à crise habitacional vivida pelas as pessoas que vivem, trabalham e estudam em Aveiro. Nem sequer existem projetos de intenção ou sequer declarações por parte dos dirigentes da autarquia nesse sentido. O que existe é uma política ideológica em que o problema é entregue a voracidade do mercado, com consequências notórias e visíveis.

No combate à exclusão social e à pobreza vemos as políticas insuficientes e ineficazes de sempre. Ao contrário de um verdadeiro serviço público de ação social, assente em direitos e mecanismos automatizados, vemos uma política de mão estendida em que os mais vulneráveis veem-se obrigados à humilhação de ir ter que pedir caridade ao executivo, que depois decide com total discricionariedade, quem merece e quem não merece ser assistido.

No que toca ao serviço de transportes públicos vemos também insuficiências e falta de resposta. Arrisco-me a dizer que serei das únicas pessoas nesta casa que usa diariamente

os transportes públicos, e posso garantir que não há uma semana em que não se assista a pessoas ficarem apeadas nas paragens de autocarro, porque os autocarros vão cheios e a ser necessário chamar autocarro extra para conseguir transportar as pessoas. Mesmo hoje, vou ter que requisitar um táxi para regressar a casa, porque pura e simplesmente não existem carreiras de autocarro noturnas.

Onde está o investimento e a valorização dos transportes públicos? Certamente não está aqui em Aveiro, apesar dos valores exorbitantes de impostos cobrados todos os anos.

Tal como referi no início, este é sobretudo um documento político mais do que um documento técnico. E portanto, deve ser lido e interpretado de forma política. E nesse sentido, iremos invariavelmente votar contra o mesmo, porque este documento é o retrato de todas as opções erradas que temos vindo a criticar. Este documento é a demonstração cabal de que a política que governa Aveiro são os impostos no máximo e serviços públicos no mínimo.”

Vogal Eneide Ferreira (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[030](#)

“Antes de mais, quero cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a restante Mesa. O Presidente da Câmara, respetivos vereadores e vereadoras, os restantes deputados e deputadas de todas as bancadas, caríssimo público, e todos os que nos acompanham através da comunicação social.

Em relação a este ponto, em concreto, está tudo dito. O universo municipal com as Contas Consolidadas é idêntico aquilo que já foi aprovado relativamente à Câmara de Aveiro e, portanto, salientando que as Contas são boas e desse ponto de vista, a bancada do CDS-PP está de acordo e votará favoravelmente. Obrigado.”

Vogal Mário Costa (PS)[031](#)

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[032](#)

“Boa noite Senhor Presidente. Cumprimento a Mesa, o Senhor presidente da Câmara, os vereadores, aqueles que se encontram aqui na Assembleia e aqueles que assistem esta Assembleia Municipal a partir das redes sociais.

Este ponto é um ponto rebatido, não há grandes novidades aqui a dar. Eu apenas vou fazer um reparo na linha daquilo que foi o reparo que a nossa bancada fez sobre o ponto inicial na primeira sessão desta assembleia que tinha a ver com o tal 13 vezes a dívida relativamente à receita no caso de São Jacinto e aquilo que era a situação da Câmara que estava em pré-bancarota quando iniciou em 2013 e cujo rácio era 3.4%.

Este Relatório fala já de um rácio de 1.1%. Portanto, é claramente uma tendência muito, muito positiva, em que, de facto, hoje a Câmara tem Contas bastante sólidas, consolidadas, e há, de facto, aqui uma grande recuperação.

A outra nota. Apenas para desmentir, porque a minha esquerda tenho extrema-direita à minha direita tenho extrema-esquerda — e ambos teimam em repetir a mesma mentira, que Aveiro tem os impostos no máximo!? Não é verdade. Isto é preciso que se diga, para que os aveirenses saibam que aquilo que se anda aqui a referir nesta assembleia, por parte destes dois partidos é absolutamente falso. A principal fonte receita para o município é o IMI e o IMI já baixou por duas vezes desde 2016 e está feita a promessa pública aqui nesta Assembleia de que para o ano baixará para 3.5%.

Portanto, não vale a pena repetir uma mentira porque ela não se irá tornar verdade. Obrigado.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH)[033](#)

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)[034](#)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁵

“Muito obrigado, muito obrigado a todos. Um dos privilégios que temos tido na nossa gestão política destes 9 anos e meio é a clareza das posições e a profunda distância que temos, nós maioria de vós minoria. Isso é muito importante, é muito importante na política. Eu só tenho que agradecer, e neste caso perdoo-me a maioria, porque o agradecimento tem que ser para a minoria. Porque às vezes a oposição baralha tudo e não tem uma atitude profundamente diferente de quem está no poder. E vocês têm. Isso é muito importante. Depois há um outro fenómeno que é um fenómeno de vocês não perceberem nada do que está a acontecer.

Obviamente que o resultado da primeira eleição é um resultado da primeira eleição. É uma mudança é uma aposta num projeto diferente. Já o resultado da segunda e da terceira devia ter-vos ensinado algo. Porque, de facto, a conversa que vocês têm hoje e exatamente igual àquela que tinham o ano passado, igual. O que disseram sobre o IMI, o que disseram sobre a concessão dos transportes, o que disseram sobre tanta coisa. E nunca ouviram, nunca tiveram o bom senso político de ouvir os cidadãos que são quem mandam na democracia, a dizer-vos estais completamente errados, vocês não interessam para a gestão da liderança dos nossos destinos. Nós vamos continuar a apostar nesta maioria que governa bem, que quando aumenta impostos nós sabemos o que é que fazem com o nosso dinheiro. Para que é que é. Quando resolvem o problema de falência que o Partido Socialista pôs a esta Câmara. Nós resolvemos o problema e os cidadãos perceberam isto. Por isso, sempre reforçámos votações, temos sólidas maiorias em todos os órgãos autárquicos e vocês continuam hoje na mesma, fora do mundo. A não entender o que a dinâmica do nosso município tem. O que os cidadãos do nosso município têm mandado, porque eles são quem manda na democracia e nos destinos do nosso território.

E, portanto, muito obrigado à maioria pela clareza, por mostrar números tão importantes, como este número que o Filipe Tomaz acabou de referenciar. Onde é que já vai o nosso rácio. Donde é que ele veio e donde é que ele já vai. Estamos a falar de um rácio que já é menos de três vezes menor do sítio donde partimos com ele. E, ao mesmo tempo, temos operações de investimento nos quatro cantos do nosso município, em todas as tipologias de atuação da ação da Câmara Municipal, em cooperação intensa e fortíssima de investimento também com as nossas juntas de freguesia, com as nossas associações, e é por aqui que andámos para chegar a esta Conta. Que, como bem disse a Celme, é um documento político, que obviamente tem que ter consistência técnica. Uma coisa sem a outra não existe, como é evidente. E ele tem uma conclusão: excelente gestão e excelentes contas. E é isso que nós trazemos aqui. Excelente gestão, plasmadas nesta Conta Consolidada respeitante ao ano de 2022. Muito obrigado a todos pela clareza com que fazemos governação e oposição no nosso município.”

Membros da Assembleia

Vogal Ana Seíça Neves (PS) — Nos termos do artigo 33.º do Regimento:⁰³⁷

“Senhor Presidente um protesto contra aquilo que acabei de ouvir e que ouvi já na sessão passada. O Partido Socialista é tudo e mais alguma coisa, o Partido Socialista é não sei o quê, não percebemos, somos uns ignorantes que aqui estamos...

Vamos lá ver uma coisa. Quem nos diz isto e quem não respeita minorias, peço imenso respeito, muito delicadamente digo, que isto não é praticar democracia.

Os senhores já estiveram aqui minoria e nós estivemos em maioria, foi noutros tempos, houve erros, já sabemos, não precisamos de ouvir isto há 20 anos. Os senhores vieram para aqui, provavelmente, uma das razões foi a situação económica. Mas foi para isso que os senhores foram votados, foi para isso que os senhores vieram para aqui. E resolveram, nós batemos palmas, ótimo. Cometemos erros? Cometemos. Mas agora estar sempre a bater no

ceguinho, desculpem a expressão, também é um bocadinho demais ó senhor Presidente. Mesmo com as picardias todas de que não sabemos e que somos ignorantes e somos oposição. Ser oposição é tão importante ou mais importante do que estarem na maioria. Porque nós também temos direito à vida. Também fomos votados e também houve pessoas que acreditaram em nós. Foram menos, não há problema. A qualquer altura isto vira, como sabe. É uma pessoa que já está na política há tantos anos sabe isso tanto como eu.

Eu sou menos política, mas observo e respeito. Já é um bocado cansativo estar a ouvir sempre dizer mal do PS. O PS tem coisas muito boas, tem outras menos boas. O PSD também tem coisas muito boas e tem outras muito más.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁸

“De forma meiga e ligeira Senhor Presidente. Senhora doutora há uma coisa que eu não gosto mesmo é que desvirtuem completamente o que eu digo.

Eu não disse nenhuma das suas frases que citou. De que eu vos acuse de tudo e mais uma coisa, que eu disse que vocês não percebem de nada e bati no ceguinho. Ouvem-se vozes...

Senhora doutora, sossegue. Há uma coisa que me chocou muito quando comemoramos nesta sala os 49 anos da democracia. Foi o Partido Socialista não bater palmas ao Chega. Como se o Partido Socialista fosse o justiceiro da democracia portuguesa, em que na democracia há coisas que não são aceitáveis. E nós somos democratas e na democracia a opinião dos outros é absolutamente aceitável.

Depois temos um outro cenário. Concordamos, discordamos, muito pouco ou nada. Acabou. Agora há um problema vosso. Vocês estão com um índice de intolerância que é uma coisa chocante. E esse para mim foi um dado chocante. Eu fiquei chocado, ver o que vi. E não foram só os membros da Assembleia Municipal. Os altos responsáveis, orientadores políticos e operacionais do Partido Socialista atual ficaram com as mãos ostensivamente em cima da mesa.

E, portanto, é isto a democracia do PS. E, portanto, senhora doutora, eu vou continuar a ser um cidadão livre. Que digo aquilo que entendo no exercício da minha liberdade. Faço acusações políticas ao Partido Socialista, no meu exercício de dialética política, sempre na verdade. Porque quando disser o senhor Presidente mentiu, porque nós não levámos a Câmara à falência, porque nós não sei o quê... agora bater no ceguinho, eu não bato em ceguinhos! Nem acho que qualquer vocês o seja, nem fisicamente porque o não são, nem psicologicamente ou politicamente.

O que vocês veem é tudo errado. E o vosso problema maior não é a visão! É a audição. Vocês não ouvem devidamente as pessoas. E, portanto, tranquila, viva a diferença de opinião e sigamos em frente com a nossa boa democracia, em respeito tranquilo e, de vez em quando um bocadinho excitada que também faz parte da coisa. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁴⁰ o Ponto 5 – Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas 2022 - Consolidação de Contas do Grupo Municipal, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta votos a favor (PSD19+CDS5+PS6), uma abstenção (CH1) e cinco votos contra (PAN2+BE2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto.

Vogal António Nabais (PCP):

“A minha é intervenção é a declaração de voto.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN):

“A minha é intervenção é a declaração de voto.”

Ponto 6 – Informação sobre a Atividade Municipal de 18ABR a 12JUN 2023.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰⁴¹ para apresentação do documento sobre a Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴²

“De forma muito sumária, só chamando assim a atenção ou realçando melhor dizendo, alguns dos pontos desta Informação e obviamente ao dispor para o debate para questões que entenderem por bem.

Em primeiro lugar a Avenida Lourenço Peixinho, obviamente. Foi uma obra importante, difícil, e foi uma bela festa de inauguração. Julgo que às vezes há momentos da nossa vida política em que passamos muitas dificuldades, como é evidente, e agruras, mas há momentos são particularmente felizes em que dá um gosto muito mais alto que o normal, que é algo especial. E, de facto, a inauguração da Avenida Dr. Lourenço Peixinho foi um momento especial da nossa vida autárquica, da minha vida como Presidente da Câmara, da vida dos meus colegas vereadores que comigo governam e todos aqueles que se envolveram positivamente neste processo. Eu digo sempre isto: quando algumas dúvidas temos sobre algo ouçamos o que dizem os cidadãos, porque eles são quem manda na democracia. Repito esta frase, aliás, os colegas da maioria nas nossas muitas reuniões de trabalho já me ouviram sei lá quantas vezes, é muito importante fazermos isso.

E, portanto, foi uma bela festa, temos uma excelente obra e, obviamente, vamos cuidar dela para que ela cumpra bem a sua missão.

Segundo, um concurso muito importante que lançámos, é uma das maiores obras de sempre da nossa Câmara, mas a importância dela não é tanto financeira, que tem esta dimensão grande de 17,5 milhões de euros, é a importância social que queremos que ela venha a ter.

É um edifício com 4 pavilhões municipais lá dentro. Ou melhor é um edifício municipal com 4 pavilhões desportivos lá dentro. Vai ser um edifício que a Câmara vai gerir diretamente, para termos um conjunto de programas municipais, nomeadamente para os mais novos. E para os mais velhos, naquilo que é o desporto para todos. E, obviamente, seguramente uma boa parte, ainda não fizemos conta nenhuma, eventualmente a maior parte das horas da sua utilização estará entregue às nossas associações desportivas.

E, portanto, lançámos este concurso, um projeto complexo, obviamente é um edifício muito complexo, edifício grande, mas não é tão só grande, é também as complexidades que tem lá dentro para ter balneários para 8 equipas, para 8 equipas que jogarem, 4 equipas de arbitragem, salas de formação, ginásio, bar, restaurante etc, etc.

Portanto é um edifício importante e lançámos o concurso, esperando que corra bem, obviamente que o mercado venha ao concurso e que nós possamos ter condições de adjudicar e depois de recebido o visto do Tribunal de Contas, arrancarmos para a obra.

Duas notas para dois eventos que correram muito bem. São marcas do nosso calendário. A maratona da Europa, agora já com o selo da World Athletics. Finalmente, finalmente não, foi um ano antes do tempo, tirando o desconto da pandemia, conseguimos entrar para o mundo das maratonas certificadas. Obviamente para o patamar abaixo como é lógico. É preciso trabalhar para irmos progredindo nos patamares desta classificação, mas já entramos, já estamos dentro, já temos o selo verde que nos permite, além do mais, levar a maratona a outro ou outros novos universo de interessados. Nomeadamente aqueles atletas de mais elevado nível, de alta competição.

A Feira de Março, que voltou a ser um grande sucesso. Pronto, também, obviamente, nesta saudade que tínhamos de voltar a um ano normal, como foi, como foi e está a continuar a ser, e seguramente será neste ano 2023.

Uma última nota para o Eco Aventura. Um episódio de evento nosso, que o referenciamos sempre por volta do Dia Mundial do Ambiente, com trabalho temático de ações de sensibilização, de chamada de atenção para as múltiplas matérias do Ambiente, muito dirigido ao público de famílias e à comunidade educativa. E voltou a ser um evento que correu muito bem, muito participado e com uma nota de destaque em 2 dossiers novos. A operação de recolha seletiva de Bio-resíduos que começou nessa mesma semana, já nesta fase no canal Horeca, processo que se vai expandir.

Na mesma semana, iniciamos também o processo de entrega de compostores, porque em São Jacinto não há recolha de Bio-resíduos porta-a-porta seletiva e, portanto, porque não há massa crítica, de acordo com a legislação portuguesa, mas nós queremos que essa operação seja lá desenvolvida e o instrumento é a compostagem. E, portanto, demos essa rampa de lançamento à operação. Portanto já estamos a operar a esse nível. E, obviamente, o plano municipal de ação climática que vem dar uma dimensão nova ao Plano Municipal de Combate às Alterações Climáticas que já tínhamos aprovado apenas cumprindo a lei de Dezembro de 2021 e, obviamente, nós temos que cumprir a lei.

A grande diferença, a grande mudança, tem a ver com a componente energia, que tem que entrar e que não estava, no plano anterior. Portanto fizemos ações a estes dois níveis, e obviamente, aproveitar o ensejo para chamar a atenção de todos os colegas membros da Assembleia Municipal para a participação. Normalmente a nossa esquerda aqui fala muito de participação e, portanto, participem. Deem notas, chamadas de atenção, participem. O processo é um processo muito aberto. Queremos chegar ao fim e ter um Plano com qualidade, que seja obviamente um instrumento para nos ajudar a ir melhorando a nossa performance como comunidade a este nível ambiental. Portanto estão expostas estas quatro notas principais e obviamente ao dispor para participar no debate. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Nabais (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[044](#)

“Quanto a este ponto, queríamos referenciar aqui e foi referenciado também pelo Senhor Presidente, nomeadamente o CMIA. Recentemente fizemos uma visita e deparamo-nos que este edifício, gerido pela Câmara Municipal de Aveiro, localizado numa zona junto à Ria, regista diversos problemas na parte das diversas potencialidades por explorar, como por exemplo. O CMIA encontra-se mal sinalizado e pouco promovido, quer pela rede viária circundante, quer por outros espaços de divulgação pública nos meios e espaços municipais. A zona verde que separa o edifício da Ria, encontra-se desleixada, verificando-se o aparecimento de diversas espécies invasoras, já de uma altura que impede o melhor usufruto da vista e do enquadramento paisagístico que o CMIA poderia proporcionar. Inviabilizando, por exemplo, a utilidade das placas explicativas da vista sobre a cidade de Aveiro. O edifício apresenta diversos sinais exteriores de degradação, nomeadamente o revestimento exterior de ferro, que atinge já as suas paredes. Para o PCP este equipamento é relevante, pode e deve ser aproveitado diariamente, promovendo e valorizando o seu usufruto, diversificando as suas atividades e potencialidades, não apenas aos meios escolares, mas alargando-o à restante comunidade, incluindo os visitantes do município e da região. Entre os outros monumentos, podia ser alargado o seu horário de funcionamento. No presente abre apenas às sextas e excepcionalmente aos sábados e alguns feriados. Ou fazer o alargamento do ciclo pedonal existente, que se limita à envolvente ao CMIA através do passadiço.

Noutro ponto, o que queria referir era sobre São Jacinto. Há aqui um ponto sobre São Jacinto, eu relembro que na comunicação o Senhor Presidente refere várias vezes São Jacinto e toda a envolvente. Nomeadamente a Reserva, a Ciclovía, a Praia, o Protocolo. Bem eu lembro que ainda está por resolver a situação da matilha de cães em São Jacinto, que está a impossibilitar a vivência deste ambiente natural em São Jacinto, como é o caso da visita dos trilhos da Reserva, na Praia, e ainda no assalto constante das residências por parte destes animais perseguindo animais de estimação. E quase diariamente a pessoas. Queria ainda também realçar aqui, quanto à recolha seletiva que o Senhor Presidente acabou de falar. Saudamos esta esta ação que já grassa no nosso país há muito tempo, não por falta de incentivos que os nossos emigrantes trazem, as ideias que trazem dos países onde estão, onde já há muitos anos é feita a recolha seletiva. Disse.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[045](#)

“Eu tenho umas questões para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara que não vêm no relatório de atividade municipal feita nestes últimos meses. No site do base.gov nós vimos algumas despesas da Câmara, portanto pretendia algum esclarecimento.

Nós Partido Chega temos sido muito atacados pela imprensa e de criámos alguma urticária ao ver executivos a pagarem alguma publicidade a jornais e, portanto, gostávamos só de algum esclarecimento relativamente a alguns gastos.

Por exemplo, a Câmara Municipal gastou 20.000 euros em serviços para a rádio observador! Isto em Maio passado. 17.000 euros no Porto Canal; 25.000 euros no grupo global media; e depois no Diário de Aveiro, 30.000 euros.

Gostávamos que se nos pudesse esclarecer um pouco em que consiste esta publicidade? Se efetivamente é publicidade ao município. Outra questão que eu gostaria de colocar. Saiu agora há poucos dias o ranking de escolas do ensino secundário, e nós temos a Escola Secundária Mário Sacramento como a melhor posicionada, na posição 72, e depois é a Homem Cristo em 259, a José Estevão na posição 297, Jaime Magalhães Lima na posição 350!

Eu penso que o município não tenha razões para estar muito satisfeito com estas classificações, até porque somos uma cidade com uma universidade. Portanto, eu acho que deveria merecer alguma reflexão, do que é que se está a passar para essas posições tão baixas e porquê esta discrepância entre escolas.

Será que há uma seleção prévia dos alunos para a Mário Sacramento? O que é que se está aqui a passar para haver esta discrepância. Portanto, são algumas questões que eu gostaria que o Senhor Presidente abordasse. Obrigado.”

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[046](#)

“Boa noite Senhor Presidente, cumprimento todas os presentes e quem nos acompanha lá em casa. A minha intervenção é sobre ponto 30 do Rossio, relacionada com uma questão que foi colocada aqui hoje. Eu estava presente na reunião de Assembleia Municipal do dia 28/6/2018 que ficou registada na ata 13/2018, onde Ribau Esteves afirmou o seguinte e passo a citar “já tenho dito isto, se o apontamento dos estudos confirmar estimativa, da ideia base que são cerca de 4,7 milhões de euros, então muito bem, viabilidade tranquila e vamos embora para a frente. Se disser que é, por exemplo, o dobro, não a viabilidade, acabou a conversa”. Fecho aspas. Estima-se hoje que a obra venha a ultrapassar os 15 milhões de euros!?”

Ora ao chegar, questionei precisamente o Dr. Cartaxo sobre esta ata, porque ao contrário das restantes, apenas apresenta disponível a primeira página. Ela já esteve completa, porque eu já a consultem anteriormente. Para além de que deve existir um registo áudio.

Confirme, por favor Senhor Presidente o que afirmou na altura, pois parece-me que se esqueceu. Obrigado.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁷

“Muito obrigado Senhor Presidente. Começar por dar os parabéns à Câmara Municipal primeiro pela Agenda Cultural, é uma ferramenta bastante útil. Pessoalmente dá-me muito jeito em termos de leitura e de planeamento é mais o meu género, portanto dar os parabéns à equipa, por facilitar desta forma o processo de agenda cultural.

Cumprimentar também pela inauguração da Avenida. Foi bastante agradável e aguardamos por mais eventos que permitam desfrutar do espaço da cidade, como vimos crianças a jogar à bola no meio da estrada, poder brincar e usar alguns acho que até patins, skates, foi bastante agradável ver isso.

Cumprimentar também pelo Eco Aventura. Foi um evento bastante interessante ver as crianças e as associações envolvidas e todas as amostras disponibilizadas. Bem como a iniciática da Bicibox que irá a abrir na estação da CP — o estacionamento de longa duração para bicicletas.

No entanto de chamar a atenção para alguns pormenores em termos de comunicação que falharam. Tanto na inauguração da Avenida Lourenço Peixinho, como na obra da ponte de pau, foram anunciados os eventos, no entanto as limitações de tráfego foram anunciadas no próprio dia ou no dia seguinte.

Por exemplo quando foi a Open Avenue, o anúncio foi feito às 11 da manhã do próprio dia de sábado. Portanto tentar facilitar e agilizar um bocadinho este tipo de constrangimentos.

No ponto 61. As normas de utilização da Buga que foi ontem disponibilizado, o projeto encontra-se nos primeiros dias ainda, existem algumas falhas, e aproveitar para dar conta de algumas delas. A dificuldade em constituir uma conta na APP. O processo de pagamento recorrentemente cobra zero e consequência do registo, não avança. Eu e várias pessoas reportaram este tipo de problema. O horário de disponibilização das Bugas, segundo o regulamento só está disponível entre as 8 e as 20. Tive alguns colegas que fazem transportes públicos e, por exemplo, acordam às 7 da manhã, se poderia ser alargado este período de funcionamento, até mesmo porque existem pessoas que até chegam depois deste horário. Encontrar uma solução que permita alargar este tipo de período. Nomeadamente estamos em altura de Verão, acaba por anoitecer mais tarde, acaba por ser até bastante mais agradável poder usufruir do bom tempo que temos.

Na própria APP para aceder à visualização do saldo é preciso aceder a métodos de pagamento para visualizar o restante do saldo e perceber quanto ainda posso utilizar a bicicleta ou não. Ou seja, devia ficar ali no menu principal para perceber logo quanto é que temos em saldo para poder usufruir imediatamente ou perceber se precisamos de fazer novo carregamento para poder utilizar as bicicletas.

Outra coisa. Eu reparei ou melhor, mandaram-me uns prints de que, num caso, fizeram o carregamento da adesão no projeto, supostamente os 10 euros, mas que gerou um saldo de 15 euros. Não sei se isto é normal ou se também existe um erro no processo do carregamento.

E pedi para alargar a distribuição das bicicletas nas “docas”. Hoje de manhã e à tarde, as docas da Universidade, Santiago, Alboi, 25 de Abril, Praça Marquês de Pombal e Praça da República, não tinham qualquer tipo de bicicleta. A maior parte das bicicletas estavam distribuídas na estação da CP, no Glicínias e na envolvente do Canal do Côjo. Obrigado.”

Vogal Celme Tavares (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁸

“Obrigada. Sobre este ponto começo por me referir ao ponto 12 – Concurso público para fornecimento de refeições escolares do Pré-Escolar ao Ensino Secundário

Mais uma vez estamos perante a persistência do executivo por opções ideológicas falhadas, no caso concreto mais uma concessão a privados do fornecimento de refeições no ensino.

Relembramos os inúmeros casos no país e no município em que estes serviços concessionados prestaram um péssimo serviço, servindo aos alunos refeições de baixa qualidade sem sequer garantir os mínimos da higiene.

Para o Bloco, o fornecimento de refeições escolares deveria ser público e realizado pelas escolas, e em casos em que não existe infraestrutura suficiente, o investimento público para a realizar devia ser feito. Consideramos que só assim é possível garantir padrões de qualidade que a comunidade escolar merece.

No ponto 14 – Participação da CMA ao Programa de Apoio à Redução Tarifária em 2023. Foi o PSD/CDS que entregou os transportes públicos a privados e a Câmara depois de os mesmos terem sido geridos por essa maioria de forma irresponsável durante anos e anos, e agora os resultados estão à vista — serviço de transportes péssimo e insuficiente.

Tanto a Câmara Municipal como o Estado continuam a pagar fortemente para que o serviço seja executado, mas com menos oferta que anteriormente. Defendemos a remunicipalização e a constituição de um serviço intermunicipal com negociação com as outras autarquias da região. Para quem não sabe, a atual operadora de transportes públicos em Aveiro é detida pela Caisse des Dépôts Group (66%) e RETHMANN Group (34%).

A Caisse des Dépôts Group é uma empresa pública do Estado francês e é seu o braço de investimentos. O que mostra bem o quão superficial é o debate que muitas vezes assistimos nesta Assembleia sobre a as supostas incapacidades da gestão pública contra a gestão privada. No caso da MoveAveiro, foi a gestão do PSD/CDS que não conseguiu cumprir os mínimos exigidos. Mas é o mesmo PSD/CDS que agora diz que é a Transdev que consegue fazer, ou seja o Estado francês.

Gestão pública na mesma, portanto. A diferença é que é uma gestão pública destinada a remunerar o estado francês e não a prestar serviço público aos utentes dos transportes públicos em Portugal.

Foi precisamente na sessão de junho do ano passado, que o Bloco de Esquerda apresentou a proposta de recomendação “gratuidade dos transportes públicos no modelo implementado pela Câmara Municipal de Lisboa”. A proposta foi rejeitada, com os votos contra do PSD/CDS/CH e as abstenções do PS.

Admira-me o Senhor deputado do Chega não tenha feito referência a esta proposta do Bloco de Esquerda, sugerindo até quiçá que, o direito à utilização de transporte público deva ser em função de raça, etnia, ou nacionalidade de origem.

Ponto16 – Concurso Público para prestação de serviços de limpeza em Edifícios Municipais. Novamente, estamos perante um serviço que devia ser serviço público.

Perguntamos ao Sr. Presidente que garantias de responsabilidade social há da empresa que fique com a prestação de serviços de limpeza em Edifícios Municipais, nomeadamente no que toca à precariedade laboral. O setor das limpezas é um dos setores onde há mais precariedade laboral, e portanto, a autarquia deve ter os mínimos de exigência no que toca à proteção destas trabalhadoras. Não o fazer é compactuar com situações de exploração laboral o que é inaceitável. Obrigada.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do artigo 33.º do Regimento:⁰⁴⁹

“Os senhores do Bloco de Esquerda têm de perceber o seguinte: nós não podemos criar na sociedade a sensação de que trabalhar não vale a pena. O mérito tem de ser compensado.

Se nós começamos a dar tudo de graça a quem não trabalha, amanhã quem trabalha vai começar a questionar se vale a pena trabalhar. É isto que nós não podemos subverter esta lógica na sociedade. O trabalho tem de ser sempre recompensado e o mérito também. É isto que o Bloco de Esquerda teima em não perceber nas muitas propostas que apresenta. Tenho dito.”

Vogal Ernesto Barros (CDS)⁰⁵⁰

Vogal Eneide Ferreira (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰⁵¹

“Muito obrigada, senhor Presidente. Muito bem, na análise da informação da atividade ocorrida neste período desta atividade municipal de dois meses, é muita coisa, portanto eu vou ser muito sintética, não vou falar de nenhum ponto específico. É de realçar que a Câmara de Aveiro continua a dinamizar muito o que é preciso ser feito no município e todos nós observamos que, apesar do transtorno que as obras nos vão causando, elas são necessárias e têm que ser executadas.

A bancada do CDS enaltece e dá os parabéns pelas várias frentes de trabalho que este executivo tem feito. Desde obras terminadas e inauguradas, a obras em concurso público e nunca esquecendo as várias dinâmicas, atividades e eventos a nível da Cultura, do Desporto, da Educação, do Ambiente, da Ação Social, da Sustentabilidade e da Cidadania. Obrigada.”

Vogal Jorge Gonçalves (PS)⁰⁵²

Vogal Gabriel Bernardo (CH)⁰⁵³

Vogal Jorge Gonçalves (PS)⁰⁵⁴

Vogal Ana Seiça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰⁵⁵

“Obrigada. Em primeiro lugar quero dizer que durante este tempo da Atividade Municipal, durante este tempo verifica-se uma grande atividade. Atividade Cultural, muitas fases das obras também aqui descritas. Mas sucintamente, ainda bem que as obras estão a ser feitas. Eu gostaria de realçar, porque daqui da atividade municipal também fazem parte, faz parte o Contencioso, e encontrei aqui e em duplicado, não percebi muito bem, mas já desisti. Uma ação que, pelos vistos já acabou, mas que continuava aqui. Que foi a ação foi proposta pela ASPEA contra a Câmara. E, por isso, nós congratulamo-nos pela limpeza da lixeira a céu aberto na zona industrial de Cacia. Tinha um enorme volume de resíduos sólidos urbanos amontoados, monos e outros e cuja situação finalmente foi resolvida em recentemente.

O que acontece é que esta situação de insalubridade já tinha sido falada muitas vezes na Assembleia Municipal. E não se percebia porque é que a Câmara não utilizava os meios à sua disposição para resolver esse assunto.

Depois de ação e depois ser citado, a coisa ficou resolvida de vez, mas a Câmara teve de pagar as custas judiciais, mas também é da vida. Lá acontece. Mas o que interessa é valorizar aquilo que lá foi feito. Era uma situação que se tinha que resolver porque acarretava problemas de insalubridade inclusivamente.

Posto isto, gostava de fazer aqui assim umas perguntas ao Senhor Presidente. A rua Guilherme Gomes Fernandes, também em obras já há um tempo, eu queria fazer-lhe duas perguntas sobre essa rua. Vai haver ou não alteração do sentido de trânsito? E quando é que as obras ficarão prontas? Ainda demora pouco tempo, muito tempo.

Por outro lado, também a Avenida 25 de Abril, pelo que li aquilo que aqui está, demorará muito tempo a concluir aquelas obras!? Já não falo nas árvores que irão de florir quando Mas também queria perguntar-lhe se os passeios que foram alargados vão ter ou não vão ter calçada portuguesa ou se vai ser substituída. Eu fui à Avenida 25 de Abril e andei lá

num passeio que não tinha calçada portuguesa. Não sei se já estava acabado ou se ainda está a meio. Portanto era só isso que eu queria perguntar.

E agora, quer dizer, não é uma picardia. Mas para terminar a minha intervenção, eu li que agora as BUGAS aquilo quer dizer, bicicletas de utilização gratuita, que o Senhor Presidente terá dito substituir que aquele G de gratuita, passa para gostosa. Disse isso? (ouvem-se risos).

Não sei, eu li isto! E eu acho que ainda sei ler. Agora é que estou a dizer que terá dito. Gostava de saber se era verdade ou não. Além da piada, é um nome que, enfim, poder ter várias interpretações.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰⁵⁶

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁵⁷

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁸

“Senhor Presidente, também só realçar que no âmbito da atividade destes quase dois meses, de facto, a obra da Avenida Lourenço Peixinho é um grande marco para a cidade e inquestionável. E duas notas sobre a obra em si. Uma delas foi a capacidade de ir buscar fundos para fazer aquela obra.

Estamos a falar de um investimento global de 4,3 milhões e os aveirenses precisam de ouvir e saber que desses 4,3 milhões de euros 3,5 milhões fomos busca a fundos do FEDER.

E, portanto, significa que aquela obra para o erário municipal ficou abaixo de 1 milhão de euros números redondos. E, portanto, isso é notável.

A outra nota é uma nota que muitas vezes aqui se questiona, relativamente à questão das árvores. Saibam que mais do que duplicou o número de árvores que a Avenida tem hoje, relativamente ao que tinha.

Portanto foi um grande dia, um dia de festa, um dia positivo, um dia, de facto, para ser comemorado por todos os aveirenses. E só não comemorou quem não quis e todos aqueles que continuam a insistir numa visão muito redutora e muito cinzenta da cidade e da vida.

A última nota que eu gostava de dar é uma nota que eu não posso deixar de referir. É o investimento estratégico deste município que está claramente visível neste documento, embora com obras desta dimensão como a da Avenida é capaz de dar menos visibilidade, que é a continuada postura deste município da Câmara Municipal no investimento que faz na área da Educação. É notável! Se leram com atenção o documento, a quantidade de referências em termos de obras de expansão, requalificação, de ampliação, de um conjunto de Escolas do nosso município e, portanto, da responsabilidade da nossa Câmara Municipal.

Desde, por exemplo, das visitas que foram feitas à Escola Básica do Sol Posto, que está em plena obra, são 2,8 milhões de euros. A obra da EB do Bom Sucesso, que está também em plena execução, são 1,1 milhões de euros. A Escola Básica da Póvoa do Paço, 1,4 milhões de euros. E tantas outras, a dos Areais, de São Bernardo, Quinta do Loureiro, quer dizer, há claramente o investimento deste município ao nível da Educação.

Não só nesta dimensão mais material, mas também e sabemos e muitas vezes aqui vem à Assembleia Municipal a tal dimensão imaterial que também acontece em paralelo. Mas que todos tenhamos consciência, às vezes alguém, alguns gostam de diabolizar a parte do imaterial. Todos nós vivemos sobre betão, não é. O betão é uma parte essencial das nossas vidas e, portanto, é também uma das fases do investimento num setor como é a área da Educação.

E, portanto, esta nota tem que ser referida. Qualquer desenvolvimento de qualquer cidade, assenta no conhecimento, no know-how e, portanto, isto é garantido desde logo através dos percursos escolares.

Dr.^a Ana Seíça Neves, se me permite, vou-lhe ter que dar mais uma crítica ao Partido Socialista. Isto é exatamente o oposto em relação aquilo que acontece ao nível do Governo Socialista na gestão. Nomeadamente num dossier que ele lamentável, num Governo que para a bater recordes e recordes de receitas em termos de impostos, que é aquilo que se passa com a classe Docente, que é verdadeiramente vergonhoso. Numa causa que eles têm toda a razão em relação aos 6 anos 6 meses e 23 dias e que o Partido Socialista não consegue, de facto, respeitar esta dimensão também de investimento, numa classe docente que é essencial à vida e o desenvolvimento deste país.

E reparem, o congelamento destas carreiras foi feita na sequência de uma pré-bancarrota em que o Partido Socialista deixou este país quando o engenheiro José Sócrates saiu do Governo.

E, portanto, não há forma de não referir estas coisas passadas, sabe porquê? Porque construir algo demora muito tempo, destruir é num instante. E aquilo que foi feito nessa altura causou um dano que ainda hoje estamos a viver e talvez por isso o Governo não consiga resolver uma causa que é absolutamente justa relativamente à classe Docente neste país.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁹

“Neste ponto e sobre a Atividade Municipal não vou falar de obras materiais ou imateriais realizadas por este Executivo no nosso concelho. Mas vou debruçar-me sobre factos que acontecem no nosso concelho.

Ponto 1 – investimento. Como é por todos reconhecido em Aveiro, o nosso concelho tem usufruído nos últimos 5, 10 anos de um aumento de investimento enorme. Está aos olhos de todos o investimento feito e aplicado no concelho. São obras e mais obras por todo o lado, algumas trazendo até alguns constrangimentos aos cidadãos. Mas como se diz, abençoados os incomodados com as obras!

São investimentos na área da Saúde. Quase todas as unidades de saúde estão requalificadas. na área da Educação. O nosso parque escolar está a caminho estar todo requalificado com boas, diria mesmo, muito boas escolas para nossos jovens e comunidade escolar. Apoios às Associações Culturais e Desportivas. Apoio forte, como nunca se viu, às nossas corporações de bombeiros. Apoios e delegações de competência às juntas de freguesia, reconhecidamente como em nenhum outro concelho do país.

Apoios na área social às famílias mais carenciadas. Investimento forte como não se via há mais de 30 anos na habitação social.

Enfim, são alguns dos investimentos de origem municipal, de origem camarária, aplicados e bem aplicados, para bem dos aveirenses, de Aveiro e de quem nos visita.

Depois e ainda no nosso concelho temos um forte investimento na iniciativa privada. Com apoios a novos projetos industriais, comerciais e ligados ao turismo. Com apoios a alguns já existentes, estes frutos da forte dinâmica e empreendedorismo do nosso setor privado. Antes falei de investimento público camarário agora de investimento privado.

Só não falei de investimento público da esfera do Governo. E aí parece-nos a nós, no PSD, que o Governo Socialista não conhece Aveiro, não tem Aveiro registado no seu GPS.

Aqui podíamos falar da melhor solução do problema dos terrenos da antiga lota; da não assunção do investimento no Centro Hospitalar do Baixo Vouga; do estado calamitoso e disperso em que se encontram os edifícios onde se pratica a Justiça em Aveiro; do estado da estrada N235 (Aveiro/nó A1); do estado da estrada entre São Jacinto e a Torreira.

Regra ao contrário, em Aveiro, o investimento em estradas e vias de comunicação é visível. Podíamos ainda continuar a falar sobre a falta de investimento Estado Central no nosso concelho, em mais e mais situações.

Em contraponto ao investimento camarário podíamos quase falar sobre o fraco desinvestimento do Estado Central em contraponto com investimento municipal.

O Bairro do Griné. Bairro social, propriedade do Estado, deixado ao abandono, à degradação, há muitos anos, onde as condições de habitabilidade no seu interior são reduzidas ou não existentes. Na habitação social a Câmara tem requalificado todo o seu parque habitacional em todo o concelho. Pois bem, o IHRU organismo do Estado Central, proprietário do Griné, vai agora e ainda não é certo, proceder a obras de requalificação apenas em 2 blocos (bloco 1 e bloco7)!? Quando é do conhecimento de todos que todo o Bairro precisava de requalificação por dentro e por fora das habitações.

Mas também aqui não podíamos deixar de referir e louvar, que a Câmara Municipal tenha a pedido do IHRU tenha isentado todas a taxas e licenças para as respetivas obras. E não podemos deixar de referir, e registar, que aquando da cedência do espaço por debaixo da ponte na A25 e que a Câmara vai requalificar para parque de estacionamento gratuito, a Câmara Municipal teve de pagar, os aveirenses vão ter que pagar 1.000 euros mês, ao Instituto de Estradas de Portugal.

Mas pasmem-se, esta semana os moradores do Bairro do Griné foram surpreendidos com uma carta deixava na sua caixa de correio, alertando para o início das obras. Mas as mesmas obras num bairro totalmente degradado, só vão ser feitas no bloco 1 e no bloco 7 e mais, só vão ser feitas obras no exterior, nas zonas comuns, nas fachadas, na caixilharia externa, nas escadas. Diferença em relação à requalificação feita e realizada pelo executivo da Câmara Municipal de Aveiro no Bairro de Santiago. Senhor Presidente, desejava ouvir algo sobre este assunto, nomeadamente no que toca ao investimento camarário e do Estado Central em Aveiro, no seguimento da sua intervenção na Altice há dias.

Análise ao documento. Na análise ao documento que nos foi distribuído, é um documento crescente de obras, de trabalho, de realizações efetuadas pelo executivo. No PSD queríamos analisar algumas, não porque sejam as mais importantes, mas porque são as mais impactantes para a vida dos aveirenses e de Aveiro. Nomeadamente a Feira de Março. Onde devido ao registo na aplicação que foi feita este ano, podemos verificar que fomos visitados porque cerca de 600 mil pessoas, com um pico de 20.500 num dia.

Senhor Presidente, esta grandiosa Feira de Março esteve bem, o São Pedro colaborou, mas precisamos, Aveiro precisa, de um espaço para a Feira de Março maior. Temos que avançar para o seu alargamento.

Sobre a Avenida de Lourenço Peixinho também queria deixar aqui em nome do PSD, como agradável ficou, os espaços verdes, o aumento do parque arbóreo de 69 para 147 árvores. Repito, 69 para 147 árvores, valorizando os espaços pedonais, e os espaços cicláveis.

Note Senhor Presidente, até as mini-rotundas do Pedro Pires da Rosa estão funcionais e sem registo de acidentes.

Para terminar, sobre o Rossio. Senhor Presidente, em Santa Joana, na primeira reunião houve algo que ouvimos com desagrado e que não gostámos sobre o Rossio e que o PSD quer registar. Estou a referir-me à posição populista, demagógica e irresponsável do Partido Socialista, propondo a Câmara Municipal de Aveiro a suspensão das obras do Rossio para proteger o investimento dos operadores marítimo-turísticos. Populista, porque vai atrás da onda fácil e de crítica fácil, partindo de pressupostos errados e baseando-se em premissas, direi, desadequadas. Demagógica, porque enfim, é feita sem suporte nenhum, sobre a sua efetivação e suas consequências. Irresponsável. Porque como todos aqui sabemos ou devíamos saber, a suspensão das obras do Rossio por qualquer período, nesta altura, levaria as mesmas para lá de Dezembro de 2023 o que impossibilitava a Câmara Municipal de receber a devida comparticipação de Fundos Comunitários para a obra. E estamos a falar da Câmara Municipal e os Aveirenses deixarem de receber cerca de 3 milhões de euros de financiamento.

Este é o tal dogma de gestão de que falámos há dias e que levou há anos as Contas da Câmara Municipal ao descabro e recentemente as Contas da Junta de Freguesia São Jacinto a uma dívida colossal. Isto, esta gestão, estas propostas, são irresponsabilidade e são os que os Aveirenses não querem e não desejam para Aveiro.

Para terminar, temos brevemente, entre o dia 12 e 16 de Julho o Festival dos Canais. Festival que é uma realização e invenção deste Executivo e que já é uma marca, um ícone da Cidade e do concelho de Aveiro por esse mundo fora. Desejar a todos um bom Festival dos Canais.”

Da Câmara Municipal

Presidente a Câmara:⁰⁶⁰

“Muito obrigado. Muito obrigado a todos. António Nabais dar nota de que vamos ainda este ano, estamos a reunir condições em termos de recursos humanos, para abrir o CMLA mais tempo. Estar ao serviço mais tempo que aquele que tem estado. Pensamos implementar essas medidas ainda no presente ano 2023. Enfim, o edifício tem alguns aspetos para cuidar dele. É bom lembrar que aquele edifício estava em obra inacabada há muitos anos quando lhe repegámos e, portanto, sabemos que ele tem que ser cuidado, ainda não está nenhuma obra de reabilitação planeada, mas temos consciência daquilo que referenciou.

Uma nota também sobre a estória da matilha em São Jacinto. Como sabem está aí na comunicação social e em tudo quanto é lado.

Dizer-vos o seguinte: amanhã apresentarei protesto formal ao ICNF por aquilo que entendo ser uma decisão absurda do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

O Instituto tem “guardas da natureza” que têm que trabalhar. E trabalhar é estar na reserva a trabalhar. É acompanhar os cidadãos que a visitam. Trabalhar é estar a todo o tempo, obviamente, sei o fundamentalismo de isto ser levada à letra, mas estar a todo o tempo a acompanhar a vida de reserva. Já imaginaram, lembram-se todos, aliás, lembram-se porque alguns sempre se entretêm a amplificar o problema, quando tivemos a matilha de cães ativa na praia? E até um vídeo que ainda agora uma televisão que fez a reportagem sobre a matéria, passou o vídeo dos cães na praia, afirmado por uma pessoa que estava a ser vítima de um ataque! Imaginaram que nós, alguém imaginaria que nós fechássemos a praia por causa de uma matilha de 6 cães?

A atitude do ICNF de fechar a Reserva numa grande área é de um absurdo ridículo. Amanhã, esperei pelo dia de hoje para dizer isto à Assembleia Municipal, porque entendo que é aqui que o tenho que dizer, até porque a questão foi suscitada na nossa reunião da passada sexta-feira, amanhã estarei a apresentar um protesto formal porque é inadmissível que um Instituto que tem recursos humanos, que têm responsabilidade de gestão, por causa de meia dúzia de cães em relação aos quais devia tomar medidas (que não as quer tomar), feche a Reserva. O ridículo tomou parte desta decisão absolutamente inadmissível.

Tivemos os cães na praia, esta matilha de vez em quando volta a praia, como aparece em vários sítios. Continuamos a ter duas pessoas que teimam em alimentar estes animais. Teimam num ato que é potencialmente criminoso. Já o disse aqui que estes animais são selvagens e são objetivamente perigosos.

O ICNF tem que trabalhar, tem que pôr a trabalhar os guardas da natureza, que é um velho problema, que é um velho problema, que é Reserva Natural das Dunas de São Jacinto tem.

É ridículo esta entidade que tem médicos veterinários, a nossa veterinária que estava cá trabalhar, ganhou um concurso e está a trabalhar no ICNF. Eu sou sincero, nestes tantos anos de vida pública, esta é das decisões mais absurdas que eu já vi tomar. Fecha-se a Reserva. Vejam por analogia, a gente fecharia a praia, eventualmente acharia o ICNF que deveríamos fechar São Jacinto. E, portanto, o ridículo tomou conta do ICNF. Amanhã, dito

isto, estarei a apresentar protesto formal junto do Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, eng. Nuno Banza.

Em relação às questões do Gabriel Bernardo, nós, obviamente, fazemos investimentos na Comunicação Social, claro. E eles têm diferentes tipologias. Alguns obrigatórios por lei. Nós temos por lei de comprar, enfim, o serviço da publicação de avisos que são obrigatórios. Loteamentos, concursos de pessoal, etc, etc. Portanto, há uma parte dessa despesa que é cumprimento de lei. A outra parte dessa despesa que tem a ver com a promoção de eventos e ações nossas. Nós não compramos publicidade para anunciar que vamos começar a obra tal ou que a acabámos. Nós não fazemos isso. A nossa publicidade é publicidade de evento e nalgumas situações de promoção do território, como aconteceu no início deste ano na BTL.

E depois há a publicidade agregada a mecanismos de comunicação. A Rádio Observador vai ser outra vez nossa parceira no Festival dos Canais. A TSF já foi nossa parceira e vai em vários eventos, nomeadamente de Natal. O Expresso que está a comemorar 50 anos, vai ser nosso partner numa ação de comunicação muito importante, que vai acontecer no nosso território em Setembro próximo. A Comunicação Social não trabalha de borla, é preciso pagar. Portanto estamos a falar de tempo de antena, o Porto Canal, etc. Estamos a falar de tempo de antena, temos tido a CMTV, temos tido RFM, media partner na Feira de Março. Tudo isto se paga. E paga-se com um mecanismo chamado ajuste direto, já agora, porque às vezes dizem-se tantas asneiras dos ajustes diretos. Eu se quero comprar publicidade à TSF só tenho uma hipótese, é fazer um ajuste direto à TSF, ou ao Diário de Aveiro, ou ao Porto Canal, seja a quem for. Não posso. Eu se quero comprar um espetáculo dos DAMA, tenho que fazer um ajuste direto, eu não posso comprar um espetáculo dos DAMA por concurso público. Portanto, só para em jeito de responder à questão que colocou, deixar esta nota.

Eu não quero aqui hoje, até porque vamos fazer um debate sobre o ranking de Escolas no Conselho Municipal de Educação do próximo mês de Setembro. E hoje tivemos um excelente e longo Conselho Municipal de Educação. Eu acho que ranking das Escolas não podem ser vistos de forma linear olhando um número. Eles dizem alguma coisa? Claro que dizem alguma coisa. Mas não dizem tudo, não dizem tudo. Lembro que Portugal tem 16 rankings de Escolas e, portanto, é preciso também olhar para isto de uma forma mais profunda. Que o Estado português, que o Governo português precisa de investir muito na qualificação da escola pública todos nós o sabemos. Em professores e em vários recursos de vária tipologia etc. Precisamos que todos nós, sociedade, precisamos de investir mais na nossa escola? Claro que todos nós, sociedade, precisamos de investir mais nossas escolas. Mas este debate, nós vamos fazê-lo nesse quadro do Conselho, olhando para aquilo que o ranking diz, mas não tendo uma nota absolutista daquilo que o número em sentido restrito diz, neste ranking.

Obviamente, satisfeitos nunca estamos. Mas o que nunca fazemos é leituras parcelares, seja do que for. A realidade não é um número, mal de nós se a realidade de uma escola fosse um número, é muito mais do que isso.

Marta eu não vou explicar, sinceramente. Mas eu tenho gosto de me juntar com a Marta e com o Mário para vos explicar esta minha frase. Eu não leio as atas da assembleia municipal e não é por falta de respeito, é por falta de tempo. Eu não consigo, a minha vida não permite ler atas da Assembleia Municipal, portanto, confio, mas olhem, não posso saber. Portanto é uma questão de capacidade física do tempo do dia que teimosamente continua a ter 24 horas só. É muito pouco, mas é o que temos. Só dar-vos esta nota e tenho o maior gosto em explicar, mas a fazer uma conta escrita num papel, que é mais fácil. Esse exercício que eu fiz tem a ver com aquilo que é a quantidade de investimento que nós temos que tirar do nosso Orçamento direto, não pondo nessa nesse “monte” aquilo que é o

pagamento que o concessionário está a fazer por antecipação, aquele que é o valor que estamos a receber fundos comunitários. Esses são os números de partida.

Obviamente, os números chegada são mais altos, ok. Temos revisão extraordinária de preços e estamos a viver o que estamos a viver. Mas essa frase assim está errada. Eu posso com todo o gosto de explicar-vos a frase completa e a Conta para referenciar isso.

Ainda hoje me fizeram uma maldade de uma frase minha no Porto Canal na semana passada. Uns camaradas meus que não gostam de mim e pegaram numa frase, tirada completamente do longo momento da minha participação, e pronto, para dizer que eu sou assim um rapaz que diz assim umas coisas que não devia. Que digo bem demais do Governo, enfim, mas tiraram a frase completamente do contexto. mas, enfim, é a nossa vida. Portanto, vocês estão na mesma. Mas tenho o maior gosto de explicar, com rigor, o raciocínio desse número.

Pedro, muito obrigado pelas notas que partilhou e, neste momento, em Assembleia, fora da Assembleia, é-nos muito importante. Estamos a lançar o processo. O processo tem múltiplas afinações. Dissemos à nossa empresa que acabou, não há, não continuamos à espera do ótimo e decidimos avançar com o bom, na consciência tranquila que vamos ter afinações. Obrigado pelo seu testemunho e pelo seu contributo. Tomámos boa nota e obrigado a todos que, utilizando o sistema, nos chamou a atenção para questões que estão mal na lógica de querermos pôr o sistema o mais rapidamente possível a trabalhar a 100%.

Celme, pronto. Esta coisa de refeições escolares com gente do Estado, Transportes com gente do Estado, limpeza com gente do Estado, em que estado do mundo e que haverá gente para vir trabalhar para Portugal para fazer isto tudo? Eventualmente, naquele país do mundo, governado pelo Bloco de Esquerda. E parecido, não é exatamente igual, só conhecemos um que é a Coreia do Norte.

Ernesto Barros, agradecer tudo aquilo que referenciou. Mas em relação ao eixo Aveiro/Águeda dar uma nota corretiva. Nós partimos para este processo para comprar os terrenos. O nosso objetivo e não expropriar nenhum. Avançaremos com o processo expropriativo naqueles terrenos em relação aos quais não haja acordo ou em relação aos quais (temos vários), não consigamos identificar os proprietários. É por aqui que o nosso processo está a seguir e está a andar em bom ritmo.

Quanto ao Parque Campismo de São Jacinto. Nas próximas semanas, poucas, teremos o lançamento do concurso público da obra de reabilitação. Estamos a ultimar o projeto mesmo a ultimar, vamos ter que gastar mais dinheiro que aquilo que pensávamos, mas é da vida. É o mundo em que vivemos. E, portanto, estamos mesmo nas notas finais para lançarmos o procedimento. Obviamente, nem nunca nos passou outra ideia pela cabeça, não há parque de campismo para o Verão de 2023, se tudo nos corresse muito bem, podíamos ter para 24. Enfim, tinha tudo que correr muito bem, mas, enfim, vamos para o exercício para termos empreiteiro, em primeiro. Temos que ir a visto de Tribunal de Contas. Tentámos não ir, mas não é possível. Obviamente desejamos que o processo termine com o arranque da obra com maior brevidade que seja possível.

Os carregamentos moliceiros. Tivemos problemas de natureza técnica e formal para podermos fazer a receção formal da obra. Do sistema completo. Obviamente, só podemos receber da empresa o sistema completo. Aquilo que vemos ainda é uma obra. Julgamos que com as diligências dos últimos dias, estarão a aproximar-nos do fim definitivo, para que nós possamos receber formalmente a obra. Ato imediato a receber, os operadores vão ter o sinal formal de que podem começar.

Nós atualmente já temos 2 operadores com os motores em casa para os poderem colocar. São só 2. Eles vão ter 2 anos para os poder colocar. Vão ter 2 anos, portanto, é este o quadro em que nós estamos.

Apelar a todos, obviamente, não é vocês, mas a todos nós que somos agentes da comunidade, para cuidarmos bem daquele ativo, porque já vamos no terceiro ato de

vandalismo. E, portanto, atos de vandalismo ainda por cima em cabos elétricos é muito complicado fazer as reposições e já vamos em 3. Esperemos também melhorar a nossa performance de comunidade para acabarmos com esse tipo de flagelo.

Agradecer à Eneida as notas que referenciou. Dando um pulinho ainda ao PAOD, nós a questão da pegada ecológica do trabalho que fizemos, não é da Câmara da CIRA, ok.

Foi no quadro da CIRA com a Associação Zero. Entendemos que o processo não está devidamente formatado em termos de comunicação para poder ser disponibilizado. Portanto estamos a trabalhar para procurar resolver o entendimento unânime dos 11 municípios, para podermos facultar. Facultar, não exatamente. E dissemos isso à Associação Zero. Nós não queremos (e essa é uma das diferenças) entrar para o ranking de que nós somos melhor que os outros. Porque a cooperação da pegada é um bocado ridículo. O que nós queremos para essa nossa medição e por essa disponibilização pública, é que nós façamos o jogo connosco mesmos. Temos a pegada x, o que é que nós podemos fazer para pegada x baixar um por cento, dois, cinco, vinte. Nós não queremos, não aceitamos, e essa é uma das notas da mudança que solicitámos à Associação Zero com quem fizemos o trabalho impecável, com a envolvente da nossa Universidade que é parceira, mas nós não queremos concursos com ninguém. Nós queremos um medidor para nos ajudar a nós município a ser melhor. Aqui, nós município, no quadro da Comunidade Intermunicipal porque foi aí que nós assentámos a referência, embora o trabalho tem fatores de medição à escala do todo da Região de Aveiro e tem também fatores medição à escala de cada um dos 11 municípios associados.

Eu dou uma nota, porque o Jorge também falou sobre isso, eu à bocado enganei-me, o vereador João Machado deu-me uma nota de correção. Nós já fizemos a apresentação do sistema de compostagem em São Jacinto. A entrega material dos compostores iniciar-se-á no próximo mês de Julho. Fica a devida correção. A outra questão do Life Payt, o projeto já acabou. Já falámos aqui tantas vezes. Já acabou no início da pandemia, correu mal. Tirámos muito boas ilações do projeto, mas é o futuro não há volta a dar-lhe. Nós temos que evoluir. Agora nos bioresíduos estamos a trabalhar nesse sentido, para que possamos aproximar o pagamento da taxa, da quantidade da produção. Portanto a tentativa do Life Payt é essa. É uma mudança cultural, é uma mudança de sistema, é a introdução de tecnologia de comunicações num contentor. É um processo que tem as suas dificuldades. Foi uma boa experiência, tirámos boas ilações, mas não correu bem, no sentido que sim senhora, vamos embora continuar já, estamos com tudo afinadinho. E falámos aqui como se lembraram, falámos aqui várias vezes sobre essa matéria.

Ana Seiça Neves, não temos problemas nenhuns. Regra ganhamos os processos judiciais, mas às vezes perdemos. É da vida não morre ninguém com isso. O que nós dizemos às pessoas é que para certas coisas é um absurdo ir para tribunal. Qualquer cidadão que veja uma montureira em qualquer sítio e temos vários, felizmente são poucos, mas de vez em quando aparece um cidadão que vai descarregar seja o que for no sítio errado. Alguns são vocês aqui da malta da maioria, tira uma fotografia, envia para mim, manda para um de nós e nós sabemos o que é que vamos fazer para resolver o problema. Não é preciso ir para Tribunal. A ASPEA foi para Tribunal por aquela história que sabemos de gostar de chatear a Câmara e fazer espetáculo. Não é preciso. Se vocês voltarem a ver uma montureira, não é preciso ir para Tribunal. Nós não temos problemas nenhum de pagar custas, pagamos o que temos que pagar. Dizer é que a operação de remoção daquela lixeira provocada por uma comunidade residente ao lado, custou-nos uma fortuna. Muitas vezes superior às custas deste processo judicial.

Mas a ASPEA e cada um de vocês não necessitam de ir para Tribunal para resolver problemas destes. Basta um SMS uma coisa do mais simples possível, para nós irmos com os nossos parceiros resolver o problema.

A Guilherme Gomes Fernandes vai bem. É capaz de ser a nossa primeira obra, das últimas, muitas, que acabará dentro do prazo da obra. Está em muito bom ritmo. Eu estava aqui a tentar esforçar-me pela minha memória, para lhe dizer com rigor a data de fim formal. A nota que temos é que Janeiro. Mas seja o que for a obra está muito bem.

A obra fica preparada para ser exercitada em qualquer sentido, deixar isto claro. Quisemos fazer assim pelos nossos projetistas. A obra vai ser ativada com o mesmo sentido que tinha anteriormente ok. Mas ela e quando a Câmara quiser e nós temos ali um exercício ligado à gestão da Beira-Mar e que nós dissemos, não um dia poderá ser preciso inverter o sentido desta via e ela estruturalmente, fica capacitada, para isso. Quando ela acabar, vai ser com o mesmo sentido.

Quanto à Avenida 25 de Abril. Ela acabará durante este ano, até ao fim do ano está pronta. Surgiram algumas questões na obra que não estavam previstas, nomeadamente a substituição total da rede de distribuição de água, do lado direito, quem faz a Avenida do Museu Santa Joana para a linha do Norte, para a passagem superior e, portanto, obviamente, foi preciso parar a Adra fazer projeto, contratar empreiteiro, e obviamente houve alturas, em várias fases da obra em que se tem que parar certa tipologia de operações, porque era preciso enterrar o cano e ativar os ramais, para depois prosseguirmos com a obra.

Uma das surpresas, uma das questões muito degradáveis que nós tivemos, foi árvores estavam cadastradas como muito boas no relatório técnico que fizemos e que estavam muito mal. Basicamente, porquê? Porque o apodrecimento de muitas delas se dava dos desenraizamentos das podas de cima para baixo. E, portanto, quando a nossa empresa fez medições de qualidade do tronco, fê-las a uma altura em que não estava a podridão. Quando nós fomos cortar a árvore e a cortamos obviamente em troços para a transportar, enfim, obviamente tudo isto está fotografado como é evidente, era brutal a quantidade delas que estavam no relatório como 100% impecáveis e estavam com um mecanismo podridão em franco desenvolvimento. Portanto foi a decisão que tomámos com todo o rigor, com toda a competência. E quanto às árvores, toda a minha certeza absoluta Sr.^a doutora, que vão crescer. Elas estão bonitas, estão bem. Esta é a medida máxima para nos arriscarmos pouco a que elas morram. Há sempre um risco. Que não vai morrer nenhuma é altamente improvável, mas, portanto, é garantido que elas vão crescer. Espero obviamente que tenha muitos netos, bisnetos, e que nos encontremos lá a ver as árvores crescidinhas, como é evidente.

Quanto à Buga Gostosa. Sabe, eu gosto muito na política de fazer aquilo que fizemos à bocado, de nos picar aqui um bocadinho os dois. E gosto muito do humor. O humor não tira crédito à política. E é uma tristeza quando a malta não tem sentido de humor. A vida tem que ser levada com seriedade, com rigor, mas é muito importante a presença de humor também nas coisas sérias. E, portanto, quando estava eu e a nossa equipa a especular, foi muito difícil. Eu disse um bocadinho disto na inauguração. Que nome vamos dar à BUGA? Vamos mudar. Buga 2; Buga 2.0. Não, não vamos mudar a Buga. A BUGA é uma coisa boa. Tem uma boa marca, tem boa memória. Ok, vamos mantê-la. Ó pá, mas espera aí, o G passa a ser mentiroso porque ela não vai ser gratuita!

Nós mantemos a BUGA memorial gratuita, assim vai continuar. Mas obviamente a nova, que obviamente vai ser mais conhecida, são mais bicicletas, etc, etc, o G está errado. Ah, pronto então vamos inventar o dizer ao G. Pronto. E num exercício humorístico que eu fico muito contente que Sr.^a doutora tenha sido reativa a esse momento, ocorreu-me e foi da minha cabeça. Podia ter sido dos colaboradores que também tem sentido de humor, mas nesse caso foi meu “Gostosa”.

“Gostosa” não no sentido de comer e de lamber a bicicleta, tipo o gelado que o nosso Presidente da República quando está meio amuado vai comer gelados em frente da Comunicação Social, mas “Gostosa” no sentido dela nos permitir o passeio e fruir a

Cidade de forma tranquila, andarmos sem produzir cargas carbónicas para a atmosfera. “Gostosa” nesse sentido do deleite, da fruição do espaço urbano, que ela tem. Foi só isto nesta lógica positiva e tranquila e não com qualquer outro sentido, que sei que também não tem.

E fiquei contente por, além de termos a capacidade política de nos picarmos em defesa das nossas teses, temos também a capacidade de saber que o humor não desqualifica a política, pelo contrário, dá uma ajuda para que ela possa ser um bocadinho mais atrativa para as pessoas que às vezes acham que isto é tudo muito chato.

Agradecer tudo aquilo que foi dito pelo Casimiro Calafate, pelo Fernando Marques. Eu queria, enfim, dar nota que obviamente a obra do Rossio prossegue o seu caminho. Agradecer ao Ernesto Barros o testemunho que deu. Para quem ainda não passou lá nas últimas horas, portanto na zona entre o canto (como a gente lhe chama) da Ponte de São João e a frente do Hotel Moliceiro, já se recuou a vedação da obra para o limite do passeio, até aos triângulos que fazem a separação da zona pedonal da área de circulação automóvel. E, portanto, já se sente a sensação que o Ernesto teve hoje, sensação de espaço e de qualidade. Obviamente, já se tem uma perceção bem diferente do sítio onde estava a vedação. Tem um metro e meio, a dois metros de largura e obviamente a sensação é completamente diferente.

Obra segue. Segue bem. Espero que tudo continue a correr bem, com os constrangimentos quem além do mais já falámos na sexta-feira passada e, obviamente com essa grande festa que lhe prepararemos e viveremos seguramente com muito gosto.

Na Mário Sacramento, tranquilo. Faremos sempre a melhor gestão. É uma via difícil, porque é uma via de elevadíssimo tráfego e, portanto, o nosso empreiteiro está bem preparado e a equipa a trabalharmos uns com os outros.

Obrigada o Manuel Prior pelo alto investimento que temos. A pressão que temos que fazer no Governo e o próximo protesto, que eu vou apresentar amanhã também, porque tive hoje acesso e agradeço ao Prior ter-me ajudado a esse nível, ao tal panfleto que o empreiteiro anda a distribuir no Griné. E o meu protesto, esse será escrito, não será apenas telefonema como farei ao Eng. Nuno Banza. O IRHU tem que qualificar de forma completa o Bairro do Griné e o Bairro do Caião.

Vir aqui fazer uma obrinha para gastar um meio milhão de euros, está muito bem. Antes uma obrinha que nada. Mas isso não faz sentido! O IRHU tem que ter consciência disso.

Tem que pôr mãos à obra. O IRHU sabe que se quiser que a Câmara faça em contrato com eles, já estamos ao dispor. Mas já nos dispusemos há muitos anos. Agora, ir a um Bairro, ainda por cima com os problemas gravíssimos que todo o bairro, dentro e fora, mas permitam-me obviamente dizer aquilo que é aquilo que todos nós achamos. A qualidade dentro é um tanto mais importante que a qualidade de fora, como é óbvio. As pessoas passam por fora, mas vivem por dentro. E, portanto, obviamente que vamos tratar dessa matéria e pressionar o IRHU a mudar de atitude.

De resto, obviamente, agradecer as palavras de todos. E deixar esta nota dos desafios que temos de ter, nomeadamente na aposta que vamos dar agora todo gás, depois de estabilizado esta área do projeto do eixo rodoviário Aveiro/Águeda, que é o trabalho de ampliação, do projeto de ampliação do nosso Parque de Feiras e Exposições. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Celme Tavares (BE)⁰⁶²

Vogal Mário Costa (PS)⁰⁶³

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶⁴

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa deu como concluída a apreciação da Informação Escrita

Ponto 7 – Proposta de Recomendação – Introdução de limitações ao horário de trabalho em dias em que as condições climatéricas sejam incompatíveis com as funções fisiológicas dos trabalhadores que desempenhem funções em que estejam expostas às mesmas.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra⁰⁶⁵ à deputada do BE para fazer a apresentação da Proposta de Recomendação.

Vogal Celme Tavares (BE):⁰⁶⁶

“Como já devem ter tido a oportunidade de ler a proposta, o que o Bloco leva a votos, pretende recomendar ao Executivo que elabore um regulamento para impedir trabalhos incompatíveis em momentos de ondas de calor e de vento forte, fenómenos climáticos extremos.

Portugal vai ser um dos países da Europa mais afetados por condições climatéricas extremas no futuro. E se por um lado, as condições que os trabalhadores enfrentam poderão ser ainda toleráveis, atendendo à atual trágica trajetória de alterações climáticas, essas condições só tenderão a agravar-se se nada for feito. O que aconteceu recentemente em Madrid no verão do ano passado, com a morte de trabalhadores de limpeza por insolação, poderá ser um vislumbre de uma realidade no futuro.

Por isso, consideramos que o tempo para fazer as alterações necessárias para proteger quem está exposto ao stress térmico deve ser agora e não quando for tarde demais.

As autoridades municipais em Madrid, em reação à trágica morte do trabalhador, anunciaram medidas para evitar a exposição durante as horas mais quentes do dia. Ou seja, redução de horários de trabalho em dias onde o perigo de stress térmico é mais evidente. Medidas tomadas agora recentemente por todo o Estado espanhol.

Não obstante da necessidade de introduzir estas normas na legislação geral do país, as instituições públicas como as autarquias devem liderar pelo exemplo, antecipando-se a estas alterações – seja nos serviços prestados pelas mesmas, seja em sede dos contratos a serem celebrados com outras entidades.

Tendo isto em conta, o Bloco considera que é importante que a Câmara Municipal de Aveiro garanta a proteção dos seus trabalhadores e dos trabalhadores ao serviço de obras da autarquia.

Com as alterações climáticas, os fenómenos climáticos extremos, e as suas inevitáveis consequências sociais, são mais frequentes e Aveiro não será exceção.

Assim, recomenda-se à Câmara Municipal de Aveiro:

1 – Introduza em dias de calor intenso, medidas de redução da carga horária no trabalho municipal, em obras municipais e outros trabalhos ao serviço da autarquia que estejam sujeitos aos elementos climatéricos.

2 – Introduza em dias de outras condições adversas (como vento forte por exemplo), medidas de redução da carga horária no trabalho municipal, em obras municipais e outros trabalhos ao serviço da autarquia que estejam sujeitos aos elementos climatéricos. Obrigada.”

Membros da Assembleia

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶⁸

“Obrigado. Aveiro é uma cidade com temperaturas amenas, portanto não faz sentido nenhum esta proposta. Relativamente ao vento, os trabalhadores se estiverem abrigados, isto não faz sentido nenhum. Isto não faz qualquer sentido. Votamos contra.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[069](#)

“Obrigado Senhor Presidente. O PAN apresentou recentemente na Assembleia da República um projeto lei para a prevenção da ocorrência de acidentes trabalho, doenças profissionais e adaptação da legislação laboral aos fenómenos climáticos extremos. Isto porque a sujeição permanente a condições de trabalho adversas, como temperaturas elevadas, a golpes calor, é suscetível de originar a ocorrência de acidentes de trabalho ou ao desenvolvimento de doenças profissionais crónicas. No entanto, a proposta do Bloco, com o fundamento concordamos, mas a forma como é apresentada é um bocadinho, como dizer, a puxar para a reprovação forçada. Porque a própria orientação do ACT é adequar as tarefas às condições do trabalho. Todas as pessoas de bom senso, regra geral, o fazem. Ou seja, em condições normais, o trabalho que não pode ser numa obra, pode ser no estaleiro, pode ser resguardado, pode ser à sombra, pode ser mais cedo, pode tudo mais. A proposta do Bloco é no sentido de encurtar o horário de trabalho! Desta forma é impugnar ou forçar quem tem obrigações de trabalho a restringir o espaço que tem e aumentar as suas obrigações.

Por nos colocarmos neste impasse, nós vamos abster simplesmente por causa disso, porque a proposta podia estar bem melhor redigida, só isso. Obrigado.”

Vogal Inês Abreu (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[070](#)

“Senhor Presidente, esta proposta desta vez erra no destinatário. Parece que o Bloco de Esquerda se esquece que este executivo não tem poder nem tem competência para alterar o ordenamento jurídico no que respeita às leis laborais.

Temos o Código do Trabalho, as convenções coletivas de trabalho, etc. E, portanto, o CDS-PP até se abstém de tecer mais qualquer tipo de comentário por isso mesmo. Porque nós não temos competência para estar aqui a fazer um debate sobre uma matéria que com o devido respeito, não diz respeito aqui a esta Assembleia. O destinatário seria o Parlamento da República e os senhores do Bloco tiveram uma oportunidade única, quando fizeram parte e foram parceiros da dita geringonça. E como tal, ainda assim, não querendo fazer mais comentário, temos de votar contra naturalmente e o CDS-PP vai votar contra.”

Vogal Ana Seíça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[070](#)

“Bom, esta proposta com a qual nós não concordamos, pelas seguintes razões. Primeiro, porque esta proposta que fazem diz respeito à carga horária do trabalho municipal e às obras municipais. Portanto, restringe apenas em relação a isso.

E depois, nós vemos, quando andam a fazer as obras, sejam as municipais, que é o caso da proposta que fazem, é que as pessoas que muitas vezes deixam de fazer aquele trabalho e metem-se dentro das obras e fazem outro trabalho. Se estiver muito calor também se abrigam do calor e fazem exatamente a mesma coisa. Não parece que se as condições forem assim tão más e nós aqui em Aveiro nem temos assim tanto calor, temos muito vento, a nortada, mas essas condições embora sejam adversas, será a ACT e o resto das instituições que trabalham com estas matérias que terão que tomar a sua posição.

Agora, tanto o Bloco de Esquerda tem tanta legitimidade para fazer as suas propostas como outro partido qualquer. Agora dizer que não pode fazer propostas deste tipo é uma coisa

que também não concordo. Por isso o PS em relação a esta proposta que nos fazem, vai votar contra.” Muito obrigado. E agora o PSD

Vogal Celme Tavares (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁷¹

“Respondendo a algumas questões. Esta proposta é sobretudo, compete ao empregador, independentemente, nós sabemos que em Portugal não existe um quadro e uma legislação nesse sentido, digamos, não obstante o Poder Local e qualquer um empregador, deve garantir e zelar pela segurança e saúde dos seus trabalhadores. E é nesse sentido, também, a quem nos referimos, neste caso a Câmara Municipal aos seus trabalhadores.

Respondendo a outras questões do Senhor deputado do Chega, naturalmente que Aveiro não está imune de ondas de calor ou outras situações extremas climáticas. Portanto, certos comentários é que não fazem mesmo sentido. Disse.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁷³ Ponto 7 – Proposta de Recomendação – Introdução de limitações ao horário de trabalho em dias em que as condições climatéricas sejam incompatíveis com as funções fisiológicas dos trabalhadores que desempenhem funções em que estejam expostas às mesmas, sendo a proposta rejeitada, com trinta e um votos contra (PSD19+CDS5+CH1+PS6), três abstenções (PAN2+PCP1), e dois votos a favor (BE2).

Seguiram-se as declarações de voto.

Vogal Pedro Rodrigues (PAN):⁰⁷⁴

“Senhor Presidente a declaração de voto é a minha intervenção.”

Continuando, o Presidente da Mesa, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade⁰⁷⁵ cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida deu por encerrada e concluída a sessão ordinária de Junho de 2023.

Eram 23:45 horas do dia 20 de Junho de 2023.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:45)